

UMA LEITURA DE “AS LÍNGUAS NA AMAZÔNIA E SUA HISTÓRIA SOCIAL”, DE JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

Tayson Ribeiro Teles²

À Maria da Glória Tavares de Lima

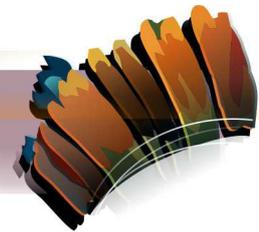
RESUMO

O presente trabalho tem o desiderato de analisar de forma percuciente a obra “As línguas na Amazônia e sua história social”, a qual se constitui como um capítulo do livro “Rio Babel: a história das línguas na Amazônia”, de José Ribamar Bessa Freire. No que atine à metodologia de pesquisa, optou-se pela tipologia da fonte de pesquisa bibliográfica e pelo método indutivo. Basicamente, a discussão proposta é pertinente saber qual a visão que José Ribamar Bessa Freire tem a respeito das línguas amazônidas³ e sua história social. A conclusão a que se pode chegar é a de que a história social das línguas amazônidas possui elevada relevância na medida em que busca explicações de como e por que, ao longo do tempo, algumas variedades linguísticas se difundiram geograficamente ou socialmente, enquanto outras simplesmente desapareceram. Desse modus, verificar-se-á que as línguas amazônidas (indígenas) tiveram entronada colaboração no processo de forjamento do atual vernáculo nacional.

Palavras-chave: Línguas amazônidas, história social, José Ribamar Bessa Freire.

2 É natural do Estado do Acre, Amazônia Brasileira; reside atualmente no município de Rio Branco/AC. É Mestrando do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Gestão Administrativa na Educação pela ESAB, de Vila Velha-ES (2014). Graduado, na Área de Administração, em Tecnologia em Gestão Financeira, pelo Centro Universitário Oswaldo Cruz, de Ribeirão Preto-SP (2013). Servidor Público Federal Efetivo do Ministério da Educação. Membro do Conselho Regional de Administração do Acre (CRA/AC), assentado no Registro n.º6-0079. Bem como, atualmente, é Acadêmico do 7.º Período do Curso de Direito da UFAC. Seu presente texto fora produzido em fevereiro de 2015.

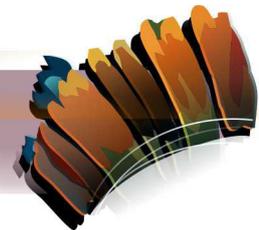
3 No presente trabalho, em referência a coisas da Amazônia, preconizar-se-á o vocábulo “amazônida” *in faciem* do tradicional “amazônica”, por se entender ser aquele mais afeiçoado às características literárias da região oeste do Brasil em termos de publicações e produções culturais.



ABSTRACT

This work has the desideratum of analyzing insightful way to work “Languages in the Amazon and its social history,” which constitutes one chapter of the book “River of Babel: A Linguistic History of the Amazon” by José Ribamar Bessa Freire . As atine research methodology, we opted for the type of literature source and the inductive method. Basically, the proposal is relevant discussion to know the vision that José Ribamar Bessa Freire has about the Amazonian languages and their social history. The conclusion that can be drawn is that the social history of amazonian languages has high relevance in that it seeks explanations of how and why, over time, some linguistic varieties have spread geographically or socially, while others simply disappeared. This modus, it will be found that the amazonian languages (indigenous) had enthroned collaboration in the current national vernacular forging process.

Keywords: Amazonian languages, social history, José Ribamar Bessa Freire.



INTRODUÇÃO

José Ribamar Bessa Freire, doutor em história e letras e docente da UERJ, em “As línguas na Amazônia e sua história social”, capítulo da obra “Rio Babel: história social das línguas na Amazônia”, de 2004, desconstruindo equívocos e preconceitos, principalmente os mitos da “unidade territorial e política” do país e da “hegemonia da língua portuguesa no Brasil”, afirma que a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer e que a identidade é uma construção mancomunada de sentidos, garantida pelo uso de uma língua (gem) comum.

Nesse rumo, para ele, a importância da história social das línguas se dá na medida em que esta busca explicações de como e por que, ao longo do tempo, algumas variedades linguísticas se difundiram geograficamente ou socialmente, sendo impostas com sucesso, enquanto outras simplesmente desapareceram.

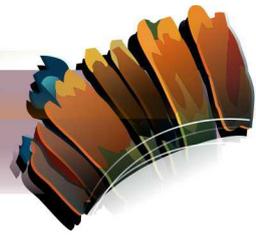
Aduz o autor que, desde o século XVI até atualmente, na Amazônia brasileira existem tensões entre a língua portuguesa e as línguas indígenas. Tendo havido, no decorrer da história, tanto bilinguismo social (comunidades que falam dois ou mais idiomas) quanto bilinguismo individual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Narra Freire (2004) que, no século XVII, ao chegar ao Brasil, o Padre Antônio Vieira deparou-se com mais de 72 línguas na Amazônia. Sendo que, na atual Pan-amazônia (44% da América do Sul), existem mais de 240 línguas.

O autor diz que o Padre Antônio Vieira, ao desbravar a Amazônia, principalmente navegar pelo Rio Amazonas e perceber que mais de 150 povos diferentes residiam às suas margens, o apelidou de “Rio Babel”. Uma homenagem à referência bíblica da mítica da “Torre de Babel”, em que o Deus hebraico decidiu confundir a língua dos descendentes de Noé que tentaram construir uma torre para chegar ao céu, desobedecendo a preceitos divinos.

Nessa perspectiva, Freire (2004) assevera que o colonizador, logo que chegou ao Brasil-colônia e estabeleceu os primeiros contatos com os índios, percebeu que a comunicação com estes era condição *sine qua non* de sobrevivência na Amazônia. Primeiramente, porque os índios poderiam proporcionar conhecimentos acumulados sobre estratégias de exploração da região. Em segundo lugar, pois os índios poderiam for-



necer sua força de trabalho para o projeto colonial, inicialmente, assentado na coleta das chamadas “drogas do sertão”.

Nesse aspecto, frisa Freire que tais colonizados, posteriormente, também serviram no plantio da cana-de-açúcar e na prospecção de ouro e outras pedras preciosas. Diz ele que os colonizadores organizavam “descimentos” (expedições em que buscavam índios para descerem até as aldeias de “repartição” - núcleos coloniais em que eram repartidos/divididos entre vários colonizadores, a fim de servirem como escravos e/ou assalariados).

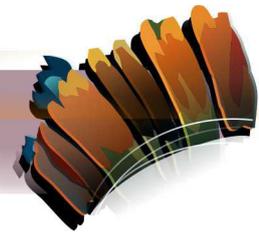
Além do que, o colonizador, diz Freire, organizou vários outros meios de explorar os índios. Resgatava índios de aldeias de canibais e, alegando ter salvado suas vidas, exigia trabalho gratuito por 10 anos. Houve, também, as chamadas “guerras justas”, em que se atacavam aldeias, com as chamadas “correrias”.

LÍNGUAS INDÍGENAS VERSUS PORTUGUÊS DE PORTUGAL

A constatação do colonizador quanto à necessidade de comunicação com os índios não foi norteada linguisticamente no sentido “colonizador-índio”. Freire consigna que, inicialmente, o colonizador desqualificou as línguas indígenas. Para os europeus aprender os idiomas indígenas representava submissão.

Argumentavam que os índios não sabiam ler nem escrever, sendo, por isso, “brutos”, “insensíveis como troncos” e “estúpidos como pedra”. Na Europa o pensamento era o mesmo. O naturalista francês La Condamine disse, à época, que as línguas indígenas eram “pobres” e “inferiores”, pois não possuíam, segundo ele, termos para exprimir ideias abstratas e universais.

Assim, nesse contexto conflitivo de menosprezar ontologicamente as línguas indígenas, expandir a língua portuguesa era o projeto colonial, porquanto era preciso erigir comunicação com os índios, a fim de que estes servissem a Portugal. Segundo Freire, o próprio Padre Antônio Vieira disse que os índios eram “os pés e as mãos do Grão-Pará”.



O FRACASSO DO “PORTUGUÊS”⁴ E O VIGOR DA LGA

Entretanto, por razões complexas, principalmente de geopolítica, o idioma “português” não vigorou na Amazônia indígena. Nem os Jesuítas, na catequese, usavam a língua lusa. Foi usada, basicamente, uma língua indígena com traços comuns aos vários dialetos indígenas. Era a chamada LGA (Língua Geral da Amazônia), a qual se comportava como uma língua supraétnica.

Nesse foco, diz o autor que:

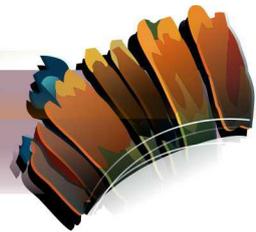
“No caso específico da Amazônia brasileira, a documentação histórica contém evidências, que apontam a Língua Geral Amazônica (LGA) como a língua em que brancos, índios, negros e todo tipo de mestiços desenvolveram a maioria das suas práticas sociais e a utilizaram como principal meio de interação, sobretudo no período colonial”. (FREIRE, 2004, p.46)

Freire propala que o principal motivo do uso dessa língua era o fato de ela oportunizar um entendimento mútuo na Amazônia. Tendo, inclusive, os portugueses erigido a criação dos seus filhos franqueando a estes a factibilidade de serem amamentados por “amas” (índia paridas), acreditando que “ao beber o leite se bebia também a língua”.

Segundo o autor, os Jesuítas, tendo como salário o ideal de evangelizar o mundo, aprenderam a LGA e ministravam aulas usando carvão como lápis e folha como papel. Não havia professores índios. Bem como, segundo ele, os índios aprendiam mais facilmente que as índias.

Freire consigna que Portugal, em 1689, oficializou a LGA como a língua padrão no Maranhão e no Grão-Pará e até o fim do século XVII incentivou a expansão desse idioma. Os missionários desciam e subiam os rios amazônidas, pela força de remos de índios, para propagar a LGA, pois essa língua era a que possibilitaria maior rentabilidade para a colônia. Claro, os Jesuítas não sabiam dos interesses financeiros da Coroa, apenas queriam evangelizar. Ou se sabiam, fingiam não ver.

4 Refere-se à Língua proveniente de Portugal. Tal factibilidade de ambiguidade na interpretação, por existir a chance de se pensar estarmos falando do Português-conquistador, segundo Freire, é relativa ao fato de o colonizado ter sido acostumado a nominar a língua lusa de “Português” (a Língua do Português). Assim, se a fala do colonizado era “igual” a do conquistador europeu, tal colonizado também era, por semelhança, “Português”.



A VOLTA DO PORTUGUÊS

No início do século XVIII, após a independência do Brasil, buscando criar uma identidade nacional da pátria, os colonizadores silenciaram as línguas amazônicas para se obter o implemento do “português”.

Todavia, aduz Freire que tal processo de silenciamento foi lento. A LGA, por estar em contato permanente com várias línguas, foi sofrendo mudanças graduais. Sendo os “empréstimos” - resultados de contatos - os principais responsáveis pelas modificações ocorridas. Bem como, Freire afirma que, desde o início, a LGA possuía um bilinguismo parcial com outras línguas.

Diz isso, porquanto existiam as línguas maternas dos habitantes da Amazônia (*pidgir*). Além do que, quanto às etnias, basicamente, havia o “índio bravo” (que só falava sua língua), o “índio manso” (que falava sua língua e a LGA), o “Tapuio” (que só falava a LGA), o “índio civilizado” (que falava o LGA e o português) e o “Caboclo” (que só falava o português).

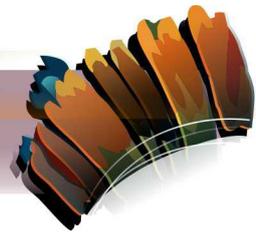
METODOLOGIA

No que se refere às fontes de pesquisa, o presente estudo foi desenvolvido preconizando-se a tipologia da fonte bibliográfica, tendo se efetuado cotejo e cruzamento entre pensamentos de vários autores especialistas na área.

Optou-se por este método de estudo, pois, como primam Bastos e Keller (1997), neste tipo de pesquisa exploratória, baseada na leitura dados secundários de livros ou outros tipos de documentação escrita (artigos, periódicos, dissertações, teses etc.) é factível obter-se subsídios para a interpretação e compreensão de um fenômeno ou responder a perguntas de pesquisa.

MÉTODO

Quanto ao procedimento de pesquisa, basicamente o método utilizado foi o indutivo. Escolheu-se agir assim, porquanto, como dizem Lakatos e Marconi (2011), a indução é um processo intelectual em que, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universalizável, não integrante dos fragmentos analisados.



A DISCUSSÃO

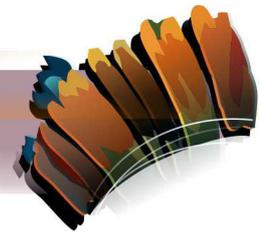
Basicamente, a discussão proposta é pertinente a saber qual a visão que José Ribamar Bessa Freire tem a respeito das línguas amazônicas e sua história social. Nesse diapasão, Freire diz que a língua portuguesa brasileira é resultado de interações como as que ocorrem na calorimetria, em que corpos diferentes, em contato, alteram-se e depois buscam o equilíbrio. Nesse viés, a LGA e várias outras formas dialetais teriam contribuído para a atual lexicografia, semântica e oralidade do vernáculo pátrio.

Afirma o autor que a produção da língua portuguesa hodierna não foi abrupta, tendo havido uma “língua-meio” ou “meia-língua”. Uma espécie de português disforme, resultado da mesclagem de várias línguas coloniais com a língua lusa.

Dessa forma, Freire, finalizando o capítulo analisado no presente trabalho, diz haver, atualmente, superficialidade na documentação das línguas amazônicas. Assim, infere-se ser premente preservar as línguas que ainda existem na região. Isso, pois como assevera Rodrigues (2000, p. 26):

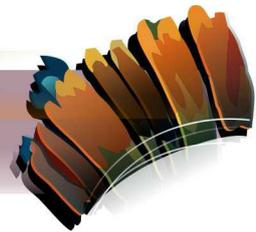
“Se as políticas de desenvolvimento – ou a falta delas – continuarem a determinar a rápida extinção das línguas amazônicas, é mais provável que fenômenos raros ou únicos, mas de importância crítica para a melhor compreensão da linguagem humana, desaparecerão sem sequer terem sido identificados”.

Além do que, Freire, na obra analisada, não apenas produz estudo teórico. Observando a superficialidade dos estudos das línguas amazônicas, propõe a seguinte periodização da história social das línguas na Amazônia: a) período dos intérpretes (*lingoas*); b) implantação do Tupinambá; c) normalização da LGA; d) portugalização; e) hegemonia da língua portuguesa. Periodização esta que foi por ele muito estudada em todo o livro do qual aqui se analisou o capítulo “As línguas na Amazônia e sua história”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, para Freire, numa perspectiva mercantilista, a administração colonial pátria estimulou, inicialmente, o uso e exposição da LGA *in faciem* do português e só mudou de ideia em meados do século XVIII com a necessidade e forjar uma identidade nacional. Assim, entre essas relações belicosas e amistosas, o importante é, para o autor, compreender que o atual vernáculo nacional tem uma história social (muito ligada aos indígenas e à Amazônia) e não é fruto do nada.



REFERÊNCIAS

BASTOS, C.; KELLER, V. Introdução à metodologia científica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, J. R. B. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Ayrton D. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. Em: F. Queixalós & Renault-Lescure (orgs): As línguas amazônicas hoje. São Paulo, IRD/ISA/MPEG, 2000, pp. 15-28.